

AQUISIÇÃO DE NORMAS GRUPAIS:

OS PAPÉIS DO ESTATUTO RELATIVO DO GRUPO E DA IDENTIFICAÇÃO GRUPAL

Miguel Cameira - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Isabel Pinto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Rui G. Serôdio - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

José M. Marques - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Palavras-chave: Conformidade, identificação grupal, medidas não-obstrutivas

Foram conduzidos dois estudos empíricos, com grupos artificiais e grupos naturais, respectivamente, visando testar a adopção de normas grupais na apreciação estética. As hipóteses estudadas baseiam-se em resultados anteriores da investigação sobre os factores moderadores da conformidade grupal e sobre a relação entre o estatuto relativo dos grupos e a percepção de homogeneidade. Por exemplo, os resultados de Insko, Drenan, Solomon, Smith e Wade (1983), investigando a distinção entre influência informacional e influência normativa (Deutsch & Gerard, 1955) sugerem que a influência social depende da acção conjunta das motivações dos receptores para adquirirem uma opinião correcta e para se sentirem aceites no grupo. A teoria da auto-categorização (Turner, Hogg, Oakes, Reicher, & Wetherell, 1987), por seu lado, defende a não distinção entre estes dois tipos de influência argumentando que a auto-inclusão num grupo social, implica a adopção automática das normas desse grupo porque assumida também como a mais correcta, se comparada com as do exogrupo. Contudo, esta abordagem não considera as diferenças de estatuto do endogrupo e exogrupo. Lorenzi-Cioldi (e.g., 1998) verificou que enquanto os membros de grupos de elevado estatuto tendem a perceber-se individualmente, os membros de grupos de baixo estatuto, tendem a perceber-se homogeneamente, como membros intermutáveis do próprio grupo. Assim, será de esperar que os primeiros fiquem mais imunes do que os segundos à influência das normas grupais e tendam a emitir julgamentos personalizados. Contudo, não é de esperar que, nos membros de baixo estatuto, a influência grupal seja linear. Os estudos de Insko e colaboradores sugerem que na influência social, as necessidades de adquirir competência e de se sentir aceite como membro do grupo se possam reforçar ou anular entre si. É o caso dos membros de grupos de baixo estatuto em que estas motivações agem de forma antagonica, ou seja para estar correcto ou ser competente, é preciso desrespeitar a norma do endogrupo adoptando a norma do exogrupo. Nos presentes estudos assumimos que a tendência automática dos indivíduos é optar pela competência ou seja seguir a norma do exogrupo. Assumimos também que a tendência consciente para seguir a norma do próprio grupo levará os indivíduos a conscientemente contrariar esta tendência automática. Optámos assim por uma metodologia não-obstrutiva utilizada quando se pretende separar os aspectos automáticos dos aspectos reflectidos dos comportamentos (ex. Greenwald & Banaji, 1995)

Especificamente, no paradigma experimental utilizado, depois de tornada saliente a sua pertença grupal (no estudo 1, a um dos grupos artificiais induzidos por uma suposta prova perceptiva; no estudo 2, ao grupo de estudantes de Engenharia ou ao grupo de estudantes de Letras), os participantes observavam, numa primeira fase, imagens abstractas supostamente preferidas pelo endogrupo ou pelo exogrupo. As imagens de cada um dos grupos possuíam um detalhe distintivo que, na condição de aprendizagem explícita era ressaltado pelo experimentador, mas não na condição de aprendizagem implícita. Verificações posteriores incluídas na segunda fase dos estudos, mostraram que em ambos os casos, os participantes não se aperceberam desses detalhes gráficos na condição implícita mas que se mantiveram conscientes deles na condição explícita. A segunda fase do estudo, para além da verificação já mencionada, incluía a apreciação de imagens idênticas à da fase de aprendizagem das normas grupais. Estas imagens incluíam sempre um dos detalhes distintivos já referidos.

Os resultados dos dois estudos sugerem que os participantes pertencentes ao grupo competente na tarefa, não atenderam às normas do grupo, seja na condição implícita seja na condição explícita. Contudo, os participantes pertencendo ao grupo incompetente na tarefa, aparentemente, atenderam às normas dos grupos, e em ambos os estudos, no modo implícito preferiram as imagens que possuíam o detalhe relativo ao exogrupo sobre as que possuíam o detalhe relativo ao endogrupo. Contudo, no modo explícito, enquanto no estudo 1, usando grupos artificiais, esta preferência pelas imagens do exogrupo manteve-se, no estudo 2, usando grupos naturais, este efeito foi invertido, tendo os participantes preferido as imagens do endogrupo, provavelmente devido à necessidade de se sentirem leais ao próprio grupo, mais premente quando se tratava de uma identidade grupal real.

Referências

- Deutsch, M., & Gerard, H. B. (1955). A study of normative and informational social influences upon individual judgments. *Journal of Abnormal and Social Psychology, 51*, 629-636.
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, Self-Esteem, and Stereotypes. *Psychological Review, 102*, 4-27
- Insko, C.A., Drenan, S., Solomon, M. R. Smith, R., & Wade, T. J. (1983). Conformity as a function of the consistency of positive self-evaluation with being liked and being right. *Journal of Experimental Social Psychology, 19*, 341-358
- Lorenzi-Cioldi, F. (1998). Group status and perceptions of homogeneity. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (Vol.9, pp. 31-73). Chichester: Wiley.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: a self-categorization theory*. Oxford: Blackwell.